

GÊNERO E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NO CONTEXTO ESCOLAR

José Wellington Freire Rodrigues¹

Maria Samara Alves Gomes²

Tatiane Bantim da Cruz³

Resumo:

As noções de masculinidades e feminilidades estão presentes em todos os espaços de convivência social, dentre eles: a escola. No fazer escolar, as concepções de gênero são produzidas e reproduzidas pelos sujeitos e as relações que ali constroem, servindo, muitas vezes, de fundamento tanto para o processo de vigilância dos corpos e comportamentos, quanto para as negociações e transgressões de gênero. Diante dessa realidade, surgem os seguintes questionamentos: qual o papel da escola na construção das masculinidades e feminilidades? As instituições de ensino podem reproduzir estereótipos e desigualdades de gênero? De que forma? E como as práticas educativas podem refletir mudanças nesses estereótipos e nessas desigualdades? É na busca por encontrar respostas a essas indagações que o presente estudo tem como objetivo: refletir sobre as relações de gênero e a construção social deste no ambiente escolar. Para esse fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, partindo do método qualitativo, utilizando como fonte autoras como: Louro (1996), Vianna e Finco (2009); Paechter (2009), Araújo e Esmeraldo (2014), Carpes (2016), entre outros. Traçar análises nesse sentido faz necessário, uma vez que, traz contribuições para as discussões em torno da temática de gênero, bem como sobre práticas e concepções produzidas e reproduzidas nas escolas, que muitas vezes, não somente reforçam estereótipos, mas podem naturalizá-los, dificultando possibilidades de mudança.

Palavras-chave:

Gênero. Educação. Escola. Masculinidades. Feminilidades.

GÉNERO Y EDUCACIÓN: CONCEPCIONES Y PRACTICAS EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Resumen:

Las nociones de masculinidad y feminidad están presentes en todos los espacios de convivencia social, dentro de ellos: La escuela. En la escuela, las concepciones de género son reproducidas y reproducidas por los sujetos y las relaciones que ellos construyen, sirviendo, muchas veces de base tanto para el proceso de vigilancia de cuerpos y comportamientos, así como para negociaciones y transgresión de género. De acuerdo con esa realidad, surgen los siguientes cuestionamientos: ¿Cuál es el papel de la escuela en la construcción de la masculinidad y feminidad? Las instituciones de enseñanza pueden reproducir estereotipos y desigualdades de género? De que forma? Y como estas prácticas educativas pueden reflejar cambios en esos estereotipos y desigualdades? Es esa la busca por encontrar respuestas a esas indagaciones que el presente estudio tiene como objetivo: Reflejar sobre las relaciones de género y la construcción social de este ambiente escolar. Para este fin, fue realizada una

¹ Especialista em Gestão Escolar, Universidade Regional do Cariri – Urca. Professor da educação básica. E-mail: wellington-ff@hotmail.com.

² Especialista em educação infantil. Professora da rede privada de ensino. E-mail: 99945317samara@gmail.com.

³ Mestre em educação. Professora do departamento de educação, Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: tatiangebantim@hotmail.com.

pesquisa bibliográfica, partindo do método qualitativo, utilizando como fonte autores como: Louro (1996), Vianna e Finco (2009), Paechter (2009), Araújo e Esmeraldo (2014), Carpes (2016), entre otros. Trazar análisis en este sentido hace necessário, una vez que, trae contribuciones para las discusiones alrededor de la temática de género, así como sobre prácticas y concepciones producidas y reproducidas en las escuelas, que muchas veces, no solamente refuerzan estereotipos, sinó pueden naturalizarlos, dificultando posibilidad de cambios.

Palabras claves:

Género. Educación. Escuela. Masculinidad. Femeneidad.

**GENDER AND EDUCATION:
CONCEPTIONS AND PRACTICES IN THE SCHOOL CONTEXT**

Abstract:

The manhood and womanhood notions are presente in all social enviroment, as so the school. Its gender conceptions are produced and reproduced by the people and interpersonal relationships. Oftentimes, these human connections are the base for processing body survellence and behavior, as the interactions and gender transgressions. Approaching this reality, several question are up to make: What is the school role in the construction of manhood and womanhood? Can the educational institutions repoduce stereotypes and gender inequalities? How come? In what way? And how can educational practices reflect changes in these stereotypes and inequalities? It is in the search to find answers to these questions that the present study aims to: reflect on gender relations and their social construction in the school environment. For this purpose, a bibliographic research was carried out, using the qualitative method and authors such as: Louro (1996), Vianna e Finco (2009), Paechter (2009), Araújo e Esmeraldo (2014), Carpes (2016), among others. Tracing analyzes in this sense is necessary, since it brings contributions to the discussions around the gender theme. As well as on practices and conceptions produced and reproduced in schools, which often not only reinforce stereotypes but can naturalize them, making it difficult to change.

Keywords:

Gender. Education. School. Manhood. Womanhood.

Introdução

Este trabalho discute sobre as relações de gênero no contexto escolar. Lutar por uma escola não sexista é antes de tudo lutar por uma educação democrática, em que as oportunidades, brincadeiras e maneiras de comportamento não sejam restritas a determinado sexo, que não haja rotulações do que deve ser para meninos ou meninas. Uma educação que valorize a infância sem distinção de gênero, que considere a criança como ser social e histórico, como pensante, com as mesmas chances de seguirem carreiras profissionais e merecedores de respeito.

Seguir por esse caminho é lutar contra as desigualdades existentes socialmente entre homens e mulheres. É tratar também de todas as questões que envolvem a identidade de gênero, lutar contra o preconceito e ideias estereotipadas que permeiam os diversos seguimentos da vida coletiva, em prol dos movimentos sociais, a favor da igualdade de direitos, da liberdade e da vida humana, como movimentos LGBTQ+⁴, movimentos feministas, dos trabalhadores e entre outros.

Partindo da ideia que o debate sobre gênero vem ocupando cada vez mais espaço no cenário educacional, não há como esta discussão ser neutra, pois este tema está diretamente relacionado à luta dos movimentos sociais, presentes nos debates, reflexões e na busca por uma educação inclusiva, democrática e que saiba lidar com a diferença, não a transformando em desigualdades.

As noções de gênero produzidas e reproduzidas cotidianamente na escola, assim como em outros espaços, também não são neutras, são intencionais e visam à produção de determinados corpos e mentes condizentes com o tipo de sociedade que se pretende formar ou manter, uma vez que a escola exerce um papel fundamental da construção das identidades de gêneros de seus alunos e alunas.

A lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece no Art. 3º, inciso IV: O ensino será ministrado com base em princípios como o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Diante desse artigo, a LDB afirma que o processo educativo é resultante de várias instituições, como a família, a cultura e a escola. Consta ainda que a escola deve oferecer as mesmas oportunidades para todos, dando a liberdade para que os educandos possam desenvolver sua cidadania, seu pensamento crítico e acima de tudo o respeito, que os demais possam conviver em harmonia e tolerância para com as escolas e singularidades de cada um, o que evidencia a importância e necessidade da escola trabalhar a temática de gênero com seus alunos e alunas, assim como executar ações visando desmistificar preconceitos e desnaturalizar as desigualdades.

Neste estudo, o ambiente escolar é entendido como espaço onde a produção e reprodução de noções de masculinidades e feminilidades acontecem. Os preconceitos e os estereótipos acabam também por serem criados e reforçados nesse ambiente. Por isso, é preciso que gestores e professores e demais profissionais fiquem atentos a essas questões, percebendo como isso acontece no cotidiano da escola e as conseqüências que podem ocorrer caso as desigualdades não sejam superadas.

⁴ Sigla referente à comunidade homoafetiva que designa a pluralidade de orientação sexual das pessoas que podem se considerar gays, lésbicas, travestis, transgêneros, transexuais, dentre outros.

Por este motivo, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações de gênero e a construção social deste no ambiente escolar, uma vez que alunos e alunas, desde a educação infantil até outras etapas e níveis escolares, estarão sempre construindo suas identidades nas relações estabelecidas com os demais colegas e os adultos que nela atuam.

A metodologia utilizada segue uma abordagem qualitativa. Como método de pesquisa foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, uma vez que a compreensão da temática de gênero necessita de estudos e subjacentes feitos por estudiosos acerca do nosso objeto de estudo. Gerhardt e Silveira (2009 p. 32) abordam que: “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa não busca quantificar os resultados e sim explicar o porquê dos fatos e fenômenos existentes na natureza, sociedade e entender melhor os sujeitos envolvidos nela. Para a realização deste estudo, a pesquisa bibliográfica a respeito do tema, permite uma visão acerca das concepções do conceito de gênero e sua estruturação na escola. Fonseca (2002, p. 32) ressalta a importância de o estudo bibliográfico ser utilizado numa pesquisa, mostrando que é um meio do “pesquisador conhecer o que se já se estudou sobre o assunto.” Com isso, foi utilizado como referência para a produção deste artigo, estudiosos (as) como Louro (1996; 1997); Peachter (2009); Vianna e Finco (2009) dentre outros, que debruçaram-se sobre as relações de gênero e educação escolar e como essa construção acontece e suas implicações na vida dos educandos.

Dessa forma, refletir sobre as relações de gênero no ambiente da escola se faz necessário, uma vez que traz contribuições para as discussões em torno da temática de gênero e ainda sobre práticas e concepções produzidas e reproduzidas nas escolas, que muitas vezes reforçam estereótipos e ainda são vistas como corretas e naturais.

O conceito de gênero: construção social e implicações na educação escolar

Para iniciar esse trabalho é importante que se compreenda primeiramente o que é gênero, pois apesar do tema ter ganhado notoriedade pelos movimentos sociais, este ainda é pouco conhecido por uma parcela da sociedade. Diante desse contexto, existe um problema recorrente quanto à discussão de gênero, pois o desconhecimento acerca da abordagem dessa temática, por parte da população, reforça preconceitos, corroborando para a reprodução de

atitudes e ideias discriminatórias, disseminando assim, mais preconceitos referentes às diferenças entre homens e mulheres, tornando essa questão ainda mais conflituosa.

As discussões de gênero têm seus primórdios no contexto europeu, onde os debates em torno da vida e trabalho de mulheres passaram a ser foco de reflexões e reivindicações como salienta Stearns (2007). No Brasil, o conceito de gênero passa a ganhar mais visibilidade na década de 1980, período da redemocratização do Brasil, a luta por igualdade de gênero e a liberdade de expressão se fez forte nos movimentos feministas, que tinham como objetivos, entre outras questões, os direitos igualitários e a criminalização da violência contra a mulher, Como assevera Albuquerque (2020, p. 2) “O feminismo, enquanto movimento que propõe a igualdade de direitos para homens e mulheres, buscava não apenas descrever como aconteciam tais desigualdades, mas desvelar as configurações históricas que as geravam”. Nessa mesma época, criou-se o Conselho Nacional da Mulher – CNDM⁵, no ano de 1985, que denota uma das primeiras reivindicações e conquistas dos movimentos de mulheres no Brasil.

As discussões em torno do conceito de gênero vêm sendo modificadas ao longo do tempo, como o surgimento de perspectivas diferenciadas na sua compreensão, assim como também com o entendimento de que esse conceito deve estar relacionado a outras categorias sociais como de raça, classe, geração, sexualidade, entre outras. De forma geral, o conceito de gênero refere-se às características concernentes as noções de masculinidades e feminilidades produzidas socialmente e variando no tempo e no espaço.

São muito comuns as associações entre gênero e sexo, às vezes colocados como sinônimos, às vezes como opostos, quando na verdade são categorias diferentes, mas que estão sempre inter-relacionadas. Segundo Louro (1996, p. 02):

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Uma decorrência imediata para o trabalho prático: agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação das feminilidades e das masculinidades, ou os sujeitos femininos e masculinos.

Conforme a autora, a conceituação de gênero reflete as características sociais construídas historicamente a respeito das masculinidades e feminilidades, porém no contexto sociocultural que vivemos a confusão de significado entre gênero e sexo é bastante recorrente

⁵ O Conselho Nacional da Mulher (CNDM), inicialmente vinculado ao Ministério da Justiça com sua criação em 1985, hoje está integrado à estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Articula-se à Secretaria Nacional de Política para Mulheres e tem diversas atribuições no que se refere à sociedade civil e administração pública.

e abre para discussões mais amplas como identidade de gênero que permeia a sociedade como um todo.

Entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social e, portanto histórica, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade essas concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo. (LOURO, 1996, p. 02)

Nessa direção, a autora discute que o conceito de gênero é específico e ressignificado à medida que o tempo passa e as sociedades mudam. Nessas transformações recorrentes da vida humana é comum atribuir novos significados a determinados assuntos. Falar sobre gênero, implica, portanto, refletir sobre seus condicionantes: culturais, políticos e sociais.

Igualmente, as autoras Vieira, Nogueira e Tavares (2011) discutem aspectos fundamentais para que se perceba que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas por processos culturais, sociais e históricos e não são resultantes apenas do sexo biológico de cada indivíduo. O gênero vem para desmistificar essa ideia errônea e mostrar que meninos e meninas desde o seu nascimento são encaixados em padrões considerados apropriados para cada um, ou seja, crescem submersos em valores e crenças de que homens e mulheres têm seus papéis e um não pode interferir no outro, nem aderir aspectos do outro. Isso implica refletir sobre as brincadeiras na infância e nas experiências ao longo da vida, o brinquedo de menino e menina, cores de menino e menina, a forma de se portar, falar e etc. são estereótipos incrustados na sociedade.

Esses comportamentos e normas repassados para as gerações mais jovens de como se portar na sociedade, apesar de lhes serem impostos desde pequenos, estes não recebem essas regras passivamente, estes sujeitos que estão em constante aprendizagem são capazes de opinar e fazerem escolhas conforme suas necessidades. Sobre isso, Louro (1997) afirma: “Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (p. 61).

Diante desse contexto, Vianna e Finco (2009), fazem algumas indagações quanto a educação de meninos e meninas, refletindo que algumas diferenças entre os gêneros são resultantes em grande parte de características biológicas, levando a questionamentos de como

o meio cultural interfere na sociabilidade de meninos e meninas e como estes devem se comportar e se desenvolver de determinada forma, afirmando que:

Refletir sobre os fundamentos dessas afirmações no âmbito da educação e, mais especificamente, da educação infantil exige o questionamento de suas origens e do peso do caráter biológico na construção das diferenças. Isso pressupõe, por exemplo, indagar a respeito da interferência e do papel da cultura nos processos de socialização e de formação de meninas e meninos desde suas primeiras experiências de vida na instituição escolar. (VIANA e FINCO, 2009, p. 268).

Neste contexto, a identidade de gênero é uma construção gradativa, apesar de o sexo biológico ser definido desde a gestação, será nas interações cotidianas, e na convivência com demais crianças que este irá adquirindo significado. É na escola, que as relações sociais vão se aflorar, nas brincadeiras, nas rodas de conversa, nos grupos e na sala de aula. A educação tem papel decisivo na desconstrução do estereótipo e estabelecer, desde a educação infantil, que brinquedos, brincadeiras e cores não se limitam a ser específicos de menino ou menina. Segundo Vianna e Finco (2009, p. 258), “[...] as características tidas pela tradição como naturalmente masculina e feminina resultam de esforços diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninos e meninas”. Dessa maneira, o biológico se torna insuficiente para determinar as características e habilidades dos gêneros que são construções singulares, pertencentes a cada um. Nesse viés, Balestrin e Soares (2015, p. 53) vêm destacar que:

O conceito de gênero surge como ferramenta teórica e política para denunciar as desigualdades entre homens e mulheres e demarcar que as diferenças entre feminino e masculino são socialmente construídas. Portanto, nada há de natural em ser de um jeito ou de outro- há, sim, construções culturais que posicionam homens e mulheres de diferentes modos, que esperam de homens e mulheres diferentes comportamentos, que indicam para homens e mulheres formas possíveis de viver o amor, a paixão, o desejo.

Meninas e meninos são ensinados a se comportarem, agirem e falarem de forma diferente uns dos outros, cada um é rotulado de acordo com o seu sexo biológico. Assim a sociedade e a escola tratam de fazer com que meninos e meninas desde a mais tenra idade incorporem tudo o que caracteriza o seu sexo, a escola nesse quesito deve articular bem as suas práticas para não reproduzir estereótipos e preconceitos.

Assim masculinidades e feminilidades são idealizadas e repassadas para meninos e meninas, pelas gerações anteriores, ambos precisam incorporá-los e reproduzirem de acordo com as normas ditas como “padrão”. Essas regras e condutas são impostas pela sociedade o

tempo todo, entretanto, mesmo com todas as imposições e normatividades, meninos e meninas reagem a essas imposições, resistem até onde podem, negociam, transgridem. Logicamente que existem consequências para quem foge à regra e, muitas vezes, essas consequências trazem enormes prejuízos, não só para o transgressor, mas também para todo o contexto.

Gênero no contexto da educação escolar

A escola é também um espaço de socialização, porém a maneira que meninos e meninas se socializam nesse espaço, muitas vezes, não permite a desconstrução de determinados paradigmas que estão inculcados e naturalizados pela nossa sociedade. A escola vem reproduzindo e disseminando desigualdades no seu fazer cotidiano escolar, enquanto no seu discurso permanece afirmando fazer uma educação democrática e inclusiva.

A socialização entre os gêneros é moldada pela sociedade, pela família e também pela própria escola. Essa relação entre família, escola e sociedade é uma relação contínua e constante, poderíamos entender essa relação como um triângulo, à medida que um interfere e remete no outro, está diretamente ligado na socialização de meninos e meninas, quando as crianças se encontram no espaço escolar em geral, cada uma se aproxima daquilo que considera apropriado para cada um. Trazendo para esse ambiente o que aprenderam no seu meio social e familiar.

É necessário pensar sobre as práticas pedagógicas que são utilizadas no ambiente escolar, principalmente considerando a importância da escola no desenvolvimento integral dos alunos e alunas. Na educação infantil, as crianças ainda estão em fase de desenvolvimento do seu senso crítico, estético e sua cidadania. Ainda estão aprendendo as regras sociais, modos de falar e se comportar. Mas, desde cedo percebem seu meio e as pessoas e vão construindo noções prévias de vida e mundo, como assinala Paechter (2009, p. 75):

As crianças iniciam o maternal ou a escola com compreensões prévias de masculinidade e de feminidade desenvolvidas em comunidades de práticas das quais elas eram membros. Ademais, elas são influenciadas por valores e percepções de adultos presentes no ambiente, pelas concepções de pares e de professores a respeito do que é um comportamento “natural”, por imagens da mídia e, à medida que crescem, pela estrutura escolar. As crianças usam tudo isso, em conjunto com as percepções de outros novatos e com as construções dominantes do grupo de seus pares, para elaborar compreensões coletivas das regras de como ser um menino ou menina “adequada” nesse contexto.

Na compreensão da autora, as crianças são ensinadas a adquirirem conhecimentos do que é ser menino e menina socialmente. A família, escola e professores influenciam na maneira dessas crianças agirem no seu meio social. No Ensino Fundamental essas crianças vão agir, socializar e brincar da forma que foram ensinadas pelos adultos que dotaram essas experiências de valores sexistas, “coisas” de menino e menina. É nessa etapa da educação que as relações entre os sexos passam a se distanciar. Com o passar dos anos e o avançar das séries é esperado determinados comportamentos sociais de ambas as partes, que meninos sejam fortes e másculos e meninas bonitas, vaidosas e delicadas, o que reverbera uma sociedade que dita padrões de beleza, de ser e estar dos papéis masculinos e femininos e qualquer coisa fora desses padrões resultam em discriminação e *bullying*⁶ na escola.

Considerando essas questões, Araújo e Esmeraldo (2009), trazem uma reflexão mostrando que é dentro do ambiente escolar, na convivência e interação com os demais sujeitos que os educandos têm suas referências de gênero e procuram espelhar-se nos comportamentos e atitudes “aceitáveis” pela maioria, as autoras defendem que:

A escola, espaço em que crianças e jovens passam boa parte de seu tempo, é um dos lugares onde as representações do masculino e feminino são disseminadas e vão se consolidando dentro do processo educativo. Valores e comportamentos determinados que, supostamente são tidos como adequados e naturalizados para cada gênero, são transmitidos aos educandos. (ARAÚJO; ESMERALDO, 2009, p. 81)

Nessa direção, a escola como um dos espaços em que as crianças constroem seus conhecimentos, autonomia e sua identidade, se faz importante refletir sobre as concepções que os educadores e demais profissionais tem em relação a gênero, para não disseminar ideias estereotipadas uma vez que são essas pessoas que agregam valores na vida do educando, este muitas vezes tem o educador como referência profissional, de amizade, carinho e confiança.

Ainda nessa discussão, algumas práticas educativas repassam para os educandos o que pode e o que não pode fazer de acordo com seu sexo. São reprimidos os que não querem seguir as condutas estabelecidas e consideradas apropriadas. Na sala de aula, os professores ensinam comportamentos, reproduzem papéis sociais que mulheres e homens têm que seguir cotidianamente, e isso acontece de forma intencional e muitas vezes também não intencional, em momentos da realização de alguma tarefa, como trabalhos em grupo, dinâmicas, jogos na quadra, organizando a sala, entre outros.

⁶Palavra originária da língua inglesa, esta expressão é utilizada pra designar a violência física e psicológica que as crianças e adolescentes sofrem na escola e internet (cyberbullying) entre outros.

Cardona, Piscalho e Uva (2011) mencionam que um dos motivos cuja temática de gênero não é discorrida no ambiente escolar deve-se ao fato da discussão gerar “conflitos” entre os pais dos alunos. De fato, abordar esta temática no espaço escolar ainda é considerado um tabu em que a instituição se nega a quebrar este paradigma. Nesse sentido, os familiares acabam reforçando ideias estereotipadas entre os sexos e fomentando desigualdades entre meninos e meninas, criando expectativas para estes, imaginando que papéis sociais irão ocupar futuramente, que profissão gera maior rentabilidade para seguir e etc.

Neste sentido, a discussão do gênero é necessária desde a escolaridade, para que os alunos compreendam a importância de serem críticos acerca da realidade que os rodeiam, quando no mercado de trabalho os cargos de chefia muitas vezes são para homens, quando salários maiores fazem distinção entre os sexos, e quando as universidades em sua maioria têm uma pequena parcela da comunidade negra, além de permear uma questão de gênero agrega também uma questão racial. A escola em seu caráter educativo frente a esses questionamentos deve formar cidadãos que venham a se posicionar criticamente sobre essas desigualdades, para que não haja relações abusivas de poder, opressores sobre oprimidos, dominadores sobre dominados, como ressalva Louro (1997):

O exercício de poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. E suas solidariedades e antagonismo podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante versus mulher dominada”. Por outro lado, não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistências e de exercício de poder. (p. 26)

Portanto, a escola deve oferecer uma educação que desenvolva o pensamento crítico dos alunos e que os mesmos sejam encorajados a lutar contra as desigualdades e os preconceitos existentes entre os gêneros, este é um dos caminhos que gênero e educação devem seguir, promovendo assim uma sociedade justa e igualitária.

Estereótipo de gênero no cotidiano escolar

Diante das discussões levantadas neste artigo, percebe-se que desde a infância as crianças são educadas para atingirem as expectativas de um grupo de pessoas, seja do seu meio familiar, social e principalmente escolar, a qual está constantemente trocando

experiências. Neste sentido, Vieira, Nogueira e Tavares (2011, p. 26) argumentam que: “No caso particular de gênero, os estereótipos a ele associados têm a ver com as crenças amplamente partilhadas pela sociedade sobre o que significa ser homem e ser mulher”. Tudo vai sendo atribuído de acordo com o seu sexo, é assim que os estereótipos de gênero vão ganhando mais resistência e são adquiridos como naturais nesses espaços de formação.

Conforme as autoras, estereótipos são como demarcações atribuídas às pessoas em virtude do seu sexo. No processo de formação de meninos e meninas, principalmente no espaço escolar, ocorre uma demarcação e classificação de feminilidade e masculinidade que é reproduzida na escola por educadores e demais funcionários, onde meninos e meninas são direcionados a tipos de brincadeiras, cores e papéis específicos a cada um. Essas são ideias estereotipadas, que acabam por reforçar preconceitos.

A construção da identidade tem caráter ontogênico, por este motivo a criança desde a infância constrói nas suas relações, vivências e experiências com o mundo, a sua identidade, isso interfere na sua autonomia na hora de escolher e decidir, pois, não há cores e brincadeiras específicas para o sexo da criança.

As brincadeiras no ensino fundamental não são instigadas como na educação infantil, momento que as crianças não só no seu meio escolar, utilizam o brincar para expressar seus sentimentos, como também se relacionar uns com os outros, construírem suas identidades e também procuram entender o mundo ao seu redor. No ensino fundamental a educação é mais voltada para a leitura e escrita, as brincadeiras nesta etapa da educação estão presentes, porém de forma mais moderada, nesta etapa a cobrança acerca dos estudos é mais aprofundada, por esta razão os alunos estão constantemente treinando leitura, escrita e fazendo avaliações.

É muito comum no Ensino Fundamental perceber momentos de brincadeiras nas aulas de educação física ou então na hora dos intervalos e ainda é muito presente identificar por meio dessas brincadeiras a construção de masculinidades e feminilidades onde meninos e meninas acabam demonstrando características derivadas de cada sexo, instituída pelo seu meio social. Assim, Paechter (2009) destaca que:

As masculinidades e as feminidades construídas nos espaços recreativos por comunidades infantis de prática serão, evidentemente, influenciadas pela percepção que as crianças têm sobre o que é ser um adolescente menino ou menina, um homem ou uma mulher na comunidade local mais ampla. (p. 106)

Nesse ínterim, para Paechter (2009), as crianças reproduzem por meio do brincar modelos de um tipo de menino e menina atribuídos socialmente ao seu sexo. Projetando e repassando o que presenciam no seu cotidiano, desse modo cada criança internaliza o que aprenderam na sua comunidade, no seu meio familiar e escolar e em seguida colocam em prática o que aprenderam.

Conforme Vianna e Finco (2009), é possível perceber algumas vezes nas escolas, as brincadeiras dos espaços recreativos, as meninas vão brincar com as meninas, de rodas, pularem corda, entre outras. Os meninos vão jogar futebol, correr, brincar de carros etc. Quando alguma criança não quer brincar e têm outras preferências que não sejam ditas como apropriadas para seu sexo, logo são reprimidos, tantos pelos educadores como por outras crianças, sustentando a ideia que meninos e meninas possuem brincadeiras específicas.

Portanto, nas brincadeiras meninos e meninas manifestam comportamentos diferentes uns dos outros, cada sexo adquire comportamentos distintos, os meninos procuram um grupo masculino para se encaixarem, brincam de tudo que considerem apropriados ao seu sexo, fugir disso é virar motivo de risada. Dito isso, ao se chegar à adolescência meninos e meninas para serem aceitos por determinados grupos na escola, na comunidade e demais espaços sociais deixam determinados comportamentos para se encaixarem nos padrões, isso traz à tona a disparidades não só entre gênero, mas também referentes à orientação sexual, que denota preconceito por parte da maioria dos adolescentes.

É preciso mostrar que existem brinquedos e brincadeiras e que cada criança deve ser livre e ter autonomia para brincar do que quiser. É o que versa Carpes (2016, p. 19) “O ideal é que no ambiente escolar as crianças possam desmitificar estas situações e consigam perceber que os brinquedos e brincadeiras são para ser brincados por quem tem vontade e prazer, independente do sexo”. Porém, esta não é a realidade de nossas escolas, na escola os professores podem utilizar as brincadeiras como um meio de desmistificar certas práticas sexistas enraizadas culturalmente. É importante frisar que assim como na educação infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras se tornam ferramentas essenciais para explorar conteúdos, trabalhar regras comportamentais e também para que meninos e meninas possam se relacionar e construir um ciclo de amizade e colaboração.

Ainda no contexto escolar, outro aspecto envolvendo as disparidades mediante os gêneros se faz forte por meio dos livros didáticos, estes repassam de maneira implícita e explícitas ideologias, preconceitos e estereótipos relacionados ao gênero. É possível observar nessa perspectiva que alguns livros perpetuam as relações de poder. Os professores não problematizam com seus alunos imagens que são atribuídas a homens e mulheres nos livros

didáticos, isso resulta na reprodução dessas ideologias uma vez que os alunos vêem essas representações no livro, algo constantemente ligado ao seu cotidiano. Sobre isso, Araújo e Esmeraldo (2009) evidenciam que:

Um importante instrumento utilizado na sala de aula é o livro didático. Nesse sentido, o educador deve estar atento às mensagens subliminares repassadas por ele através de suas ilustrações, de seus conteúdos, dos espaços distintos em que são colocados homens e mulheres e, muitas vezes, a partir da designação de tarefas específicas a cada gênero, reproduzindo, desta forma, uma visão estereotipada a respeito da construção do masculino e do feminino. (p. 83)

Em alguns momentos o livro didático reforça as desigualdades existentes entre os sexos, acaba não educando para a igualdade entre estes, e sim, contribuindo para a hierarquia entre os mesmos. Com base nas autoras surge a necessidade dos educadores estarem atentos para as discussões propostas nos livros, no que se referem a suas imagens, mensagens entre outros.

Abordar questões de gênero nos anos iniciais é fundamental, pois deve consolidar em cada estudante o senso crítico, fortalecer o estímulo do pensar, repensar e se posicionar sobre determinados conteúdos ou imagens que reforcem diferenças sociais entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, o/a professor/a desempenha um papel importante nessa questão, ele/a é mediador/a da aprendizagem e deve contribuir para a compreensão dessa abordagem, é preciso realizar um bom planejamento em cima de determinados conteúdos, evitando a difusão de ideias subversivas e incongruentes entre classes, raças e gênero.

Considerações finais

Este artigo está fundamentado nos estudos de autores que buscaram explorar a temática de gênero no ambiente escolar, tais como: Louro (1996); Araújo, Esmeraldo (2014), entre outras, que mostram que desde a infância, somos guiados culturalmente a seguirmos determinados padrões ditos corretos para cada sexo. Neste processo naturalizamos certos comportamentos, brincadeiras, cores e até maneiras de falar. Tendo mostrado essas questões no decorrer deste estudo, é possível concluir que masculinidades e feminilidades são construções sociais e singulares e não dadas exclusivamente pelo biológico, ou seja, que aprendemos a ser e estar no mundo como homens ou mulheres e essas identificações não são exclusivamente definidas pela genética, natureza dos corpos.

Com esse estudo foi possível perceber a relação existente entre gênero e escola, as relações sociais que há muito interferem na construção da identidade do sujeito e sua autonomia, uma vez que este cresce numa sociedade permeada de valores e normas padronizadas, estas afetam a desenvoltura do sujeito nas diversas esferas da vida, principalmente no meio educacional, cujo qual é o objeto de estudo de nossa pesquisa bibliográfica.

Uma das contribuições que almejamos com essa discussão acerca da educação é consolidar o pensamento de uma educação igualitária para ambos os sexos, uma vez que O Art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 CF/88 afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, assim mostrar que cotidianamente as relações escolares estão incrustadas de disparidades e estereótipos. Para a construção dessa educação tão sonhada é necessário desvencilhar-se dessas ideias que foram se construindo ao longo do tempo por processos históricos e culturais e encontram-se enraizadas nos diversos segmentos da vida coletiva e se reproduzem nas profissões, na indústria, na família e principalmente na educação, como direito constitucional a igualdade de gênero nos atribui deveres e direitos iguais perante a lei.

Esta abordagem nos permite promover a reflexão para que os espaços escolares busquem alternativas e possibilidades para atenuar esses conflitos, que professores e gestores possam, em concordância, atuar para efetivação de uma educação de resistência e afirmação. Criar um espaço de discussão dentro e fora da sala de aula, refletindo sobre papéis sociais, sobre preconceitos de gêneros, representações. Essa possibilidade de reflexão permite abrir caminhos para que as crianças adquiram uma análise crítica da sua realidade, compreendendo como o meio social interfere na construção de sua própria identidade, refletindo sobre sua própria vida: quem eu sou? Do que eu gosto? Do que quero brincar? Que carreira profissional devo seguir? Entre outras questões que contribuem para a construção tanto de um autoconhecimento como de um olhar crítico sobre a realidade.

Portanto, ressaltamos a importância da escola e a família interagirem com as mudanças que vem ocorrendo na sociedade em relação às questões de gênero, contribuindo com a ideia de que, meninos e meninas, homens e mulheres podem pertencer e atuar em lugares múltiplos e diversos sem que as questões de gênero sejam uma limitação ou um demarcador de lugares ocupados dentro da sociedade, na família e na escola.

Referências

ALBUQUERQUE, K. K. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.

ARAÚJO, I. M.; ESMERALDO, J. D. Educação de meninas e meninos: pensando conceitos, repensando práticas. In: Cicera Nunes; Francisca Clara de P. Oliveira; Isabelle de L. A. Noronha; Zuleide F. Queiroz. (Org.). **Dialogando com os saberes da docência: pesquisas, teorias e práticas**. 1ed. Recife: LICEU, 2014, v. 2, p. 75-90.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. F. **Gênero e sexualidade nas práticas educativas**. Brasília, v. 9, n. 16, p. 47- 46, 2015.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB, **9.394/1996** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de Out de 2020.

CARDONA, M.; PISCALHO, I.; UVA, M. Cidadania e Igualdade de Gênero nas práticas educativas. In: **Guia de Educação- Gênero e Cidadania 1º ciclo**. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG. Lisboa, 2011.

CARPES, H. M. **Gênero na educação infantil**. Monografia (especialização em gênero) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. P. 43. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso: 22/09/2020

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; (orgs) **Gênero e saúde**. Porto Alegre, Rs: Artes médicas, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

PAECHTER, C. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidade e feminidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007. 251 p. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/XTK8RZd7YtfVXkqqRGhgFfn/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2020.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e Meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu** (33), julho-dezembro de 2009: 265-283. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332009000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 22 set. 2020.

VIEIRA, C.; NOGUEIRA, C.; TAVARES, T. De que falamos quando falamos de gênero? In: **Guia de Educação- Género e Cidadania 1º ciclo**. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG. Lisboa, 2011.

